

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.712 - RR
(2019/0156879-7)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

EMBARGANTE : RONALDO BRAGA DA SILVA

ADVOGADOS : GEOVANE ARAÚJO GALVÃO - AM000636

**MARCO ANTONIO BARTHOLOMEW DE OLIVEIRA HADAD -
RR000988**

EMBARGADO : LIZARB DA SILVA DIAS

**ADVOGADO : CAMILA RODRIGUES CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE -
RR001087**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por RONALDO BRAGA DA SILVA contra decisão monocrática, desta relatoria, que negou provimento ao agravo em recurso especial e, ainda, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majorou em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo (e-STJ fls. 1.002/1.016).

Aduz, em síntese, que a decisão padece de omissão, porquanto necessário o pronunciamento acerca do dissídio jurisprudencial, bem como da negativa de vigência aos artigos 402 e 945 do Código Civil de 2002; e 373, II, 374, III, 489, § 1º, IV, 510, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Transcorreu *in albis* o prazo para impugnação (e-STJ fl. 1.036).

Os embargos foram opostos intempestivamente, conforme certidão de fl. 1.035 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para os presentes embargos de declaração.

Consoante o disposto no artigo 1.023, *caput*, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com o artigo 263 do Regimento Interno do Superior Tribunal de

Superior Tribunal de Justiça

Justiça (RISTJ), cabe a oposição de embargos de declaração, no prazo de cinco dias, quando constatada alguma omissão, contradição ou obscuridade no julgado embargado.

Observo que o presente recurso se revela intempestivo, haja vista que a decisão de fls. 1.002/1.016 (e-STJ) foi disponibilizada em 14/8/2019, quarta-feira, considerando-se publicada em 15/8/2019, quinta-feira (e-STJ fl. 1.017). Por conseguinte, o prazo para oposição dos embargos de declaração de cinco dias iniciou-se em 16/8/2019, sexta-feira, e encerrou-se em 22/8/2019, quinta-feira.

Entretanto, verifico que os embargos de declaração foram protocolados tão somente em 23/8/2019, sexta-feira, e, portanto, a destempo.

Nessa linha, colaciono os seguintes precedentes:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NA EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. INTEMPESTIVIDADE DOS DECLARATÓRIOS. RECURSO NÃO CONHECIDO.

1. Nos termos dos arts. 219 e 1.023 do CPC/2015, são intempestivos os embargos de declaração opostos após o prazo de cinco dias úteis.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

(EDcl no AgInt nos EDcl no RCD na ExSusp n. 187/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Rel. p/ Acórdão Ministro RAUL ARAÚJO, CORTE ESPECIAL, julgado em 13/8/2019, DJe 22/8/2019).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE.

1. O prazo para oposição de embargos de declaração é de cinco dias úteis, não observado na hipótese.

2. Embargos de declaração não conhecidos.

(EDcl no AgInt na Rcl n. 36.821/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 20/8/2019, DJe 22/8/2019).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. INTEMPESTIVIDADE. TERMO INICIAL DO PRAZO. ACÓRDÃO RECORRIDO. PUBLICAÇÃO. DISTINÇÃO. ATA

Superior Tribunal de Justiça

DE JULGAMENTO.

PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

1. O prazo legal para interposição dos embargos de declaração é de 5 (cinco) dias, conforme os arts. 1.023 do Código de Processo Civil de 2015 e 263 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

[...]

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp n. 1.200.985/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 1º/4/2019, DJe 10/4/2019).

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO COMINATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DOS ACLARATÓRIOS ANTE A INTEMPESTIVIDADE.

1. São intempestivos os embargos de declaração opostos depois de transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias previsto no art. 1.023 do CPC/15.

[...]

3. Agravo interno desprovido, com imposição de multa.

(RCD nos EDcl no AREsp n. 1.367.948/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 28/6/2019).

Em face do exposto, não conheço dos embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora